



## A TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO PACO-PACO EM PIRAPORA-MG<sup>1</sup>

PEASANT TERRITORIALIZATION IN PACO-PACO SETTLEMENT, PIRAPORA-MG

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – UNIMONTES – Pirapora – Minas Gerais – Brasil  
[gustavocepolini@usp.br](mailto:gustavocepolini@usp.br)

Jaqueline Aparecida Gonçalves Machado – UNIMONTES – Pirapora – Minas Gerais – Brasil  
[jaquelinemachadogeografia@gmail.com](mailto:jaquelinemachadogeografia@gmail.com)

### RESUMO:

O relato apresentado é resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2016 que teve como objetivo analisar o Assentamento Paco-Paco localizado no município de Pirapora-Minas Gerais, sobretudo, em relação ao processo luta pela terra à sua atual configuração produtiva e comercialização, cuja base familiar demonstra a continua expertise do campesinato na fração de território conquistada nas margens do Rio São Francisco. Os procedimentos metodológicos consistiram em levantamento bibliográfico, documental, entrevistas e trabalhos de campo no assentamento, os quais nos permitem inferir que os camponeses do Paco-Paco não têm problema com a seca tão evidente no Norte de Minas, e conseguem produzir e territorializar com fartura e diversidade na terra de trabalho e vida.

**Palavras-chave:** Territorialização, Campesinato, Assentamento Paco-Paco, Pirapora.

### ABSTRACT:

This report is the result of a survey carried out in 2016, which aimed to analyze Paco-Paco Settlement, situated in the municipality of Pirapora - Minas Gerais. Focusing mainly on land

<sup>1</sup> Esse artigo está vinculado às pesquisas: “A questão agrária e regional no Brasil” e “Atlas da questão agrária norte mineira” desenvolvidos no âmbito do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

conflicts until its current production and marketing configuration, whose family base demonstrates the continued expertise of the peasantry in the territory fraction occupied on the banks of the São Francisco River. Methodological procedures consisted on bibliographical, documentary, interviews and fieldwork in the settlement, which allow us to infer that Paco-Paco peasants do not have problem with the drought, so evident in the north of Minas Gerais, and they manage to produce and territorialize with abundance and diversity in the land of work and life.

**Keywords:** Territorialisation, Peasantry, Paco-Paco Settlement, Pirapora.

## INTRODUÇÃO

De acordo com Marques (2008), o campesinato está ancorado em uma diversidade de relações sociais baseadas, sobretudo, no trabalho familiar e em distintas formas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário, etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais e territoriais.

Oliveira (1991), Martins (1981), Bombardi (2003, 2004) e Ferreira (2011) também tecem considerações fundantes para a compreensão do campesinato enquanto classe social, cuja, complexidade do sujeito histórico tem inúmeros desdobramentos nas Ciências Humanas e Sociais e remetem às disputas políticas e teóricas travadas em torno da questão agrária brasileira no bojo do desenvolvimento do capitalismo (MARQUES, 2008).

Por isso, mesmo que os assentados se denominem de outra forma, é necessário ter clareza que há uma campesinidade vigente, cuja base estruturante indica inúmeras vivências adquiridas em outras experiências também nas cidades. Assim, deve-se reconhecer que esses sujeitos recriam suas histórias na conquista dessa fração territorial, muitas vezes escamoteadas pela elite agrária. Dessa maneira, reconhecemos que:

[...] o conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar. Trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo

(MARQUES, 2008, p. 58).

Essa leitura ampla do campesinato enquanto classe social permite ir além da mera inserção como um segmento da economia, visto a forma de organização da produção marcada por um modo de vida – uma sociabilidade ímpar. De acordo com Marques (2008), deve-se ter clareza de que os teóricos da agricultura familiar assumem uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento histórico, e contribuem para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária.

Nesse contexto, o Assentamento Paco-Paco é um exemplo de resistência; sendo este advindo de lutas sociais pela posse da terra, numa eloquente construção em defesa de um território nas margens do rio São Francisco. Em relação ao histórico do mesmo e sobre o uso e ocupação do solo, as pesquisas de Gonçalves et al. (2010), Tomaz (2010), Cunha (2012) e Almeida (2016) corroboram com as questões iniciadas na presente pesquisa, e, permitem um avanço na leitura geográfica do assentamento e tem com referência a territorialização do campesinato, ou seja, a conquista do assentamento não é apenas um lugar de produção, e também de realização da vida nas suas diversas dimensões e simbologias, as quais revelam a dignidade advinda com a conquista da terra.

Assim, o presente artigo está estruturado em quatro partes. Na primeira, apresenta-se uma breve análise pertinente a reforma agrária no Brasil. Na segunda, caracteriza-se a área em que foi realizada a pesquisa. Na terceira parte, são analisados alguns aspectos históricos do assentamento de acordo com os próprios assentados. E, por fim, na última, discutem-se alguns resultados com base em trabalhos de campo e entrevistas abertas com os camponeses, tendo como finalidade interpretar o histórico do Assentamento Paco-Paco a partir da territorialização do campesinato e as múltiplas práticas sociais e territoriais que asseguram a existência do mesmo.

## **A REFORMA AGRÁRIA E A TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA**

A reforma agrária dentre as suas acepções clássicas remete à democratização da propriedade da terra, ou seja, regula e proporciona a justa e equitativa divisão de terras. No contexto brasileiro, a reforma agrária deveria ocorrer no intuito de reparar século de uma distribuição fundiária injusta, fato esse que causou uma diferença muito grande entre os latifundiários e aqueles que querem produzir e morar na terra de trabalho. Nesse sentido, deve-se salientar que:

O Brasil é a sociedade mais desigual de todos os países do mundo. Em nenhum outro lugar há tanta diferença entre pobres e ricos. Tudo isso tem origem histórica na concentração da propriedade da terra. Aqui, apenas 1 % dos proprietários, algo em torno de 40 mil famílias, são donos de metade de todas as terras, enquanto, o restante está distribuído entre 5 milhões de estabelecimentos agrícolas, de médios e pequenos proprietários e outras 4,5 milhões de famílias, vivem no meio rural sem terra alguma (STÉDILE, 2000, p. 11).

Por isso, a reforma agrária no Brasil segue latente e deveria atender àqueles que lutam pela terra e território no país. Portanto, cabe a União reconhecer as terras públicas – devolutas, as quais segundo Oliveira (2015) totalizam aproximadamente 27% do montante das terras no país e destiná-las para uma ampla e verídica reforma agrária.

Assim, reafirma-se que a questão agrária no Brasil é uma problemática que teve suas origens no período colonial. E, nesse devir histórico, a concentração de latifúndios foi ganhando espaço político, social e econômico, seguido de diferentes tipos de resistências. Com destaque, as pressões exercidas por grupos sociais e sindicatos, sobretudo aqueles movimentos de luta pela terra, como as Ligas Camponesas, seguidos pela criação em 1959 do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), a Fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em 1963, a elaboração do Estatuto da Terra em 1964 pelo regime militar, a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, a Fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em 1984 e o decreto do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1985.

De acordo com Oliveira (1994), foi com as Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e 1960, que a luta camponesa no Brasil ganhou dimensão nacional. Nascida muitas vezes como sociedade beneficente dos defuntos, as Ligas organizaram no Nordeste Brasileiro, a luta dos foreiros, moradores arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata contra o latifúndio.

Com a pressão exercida pelos movimentos de luta pela terra na intenção de modificar a situação que persistia levaram o então presidente Fernando Henrique Cardoso a estabelecer uma política de assentamentos que não surtiu efeito, pois, os acampamentos estavam em constante aumento. Trata-se de uma reforma agrária de mercado, para atender os mesmos interesses de outrora, ou seja, das elites ligadas ao agronegócio e fortalecer em tese, o “agronegocinho” sob o eufemismo da “agricultura familiar”. Diante dessa situação, foram criadas medidas para coibir os acampamentos,

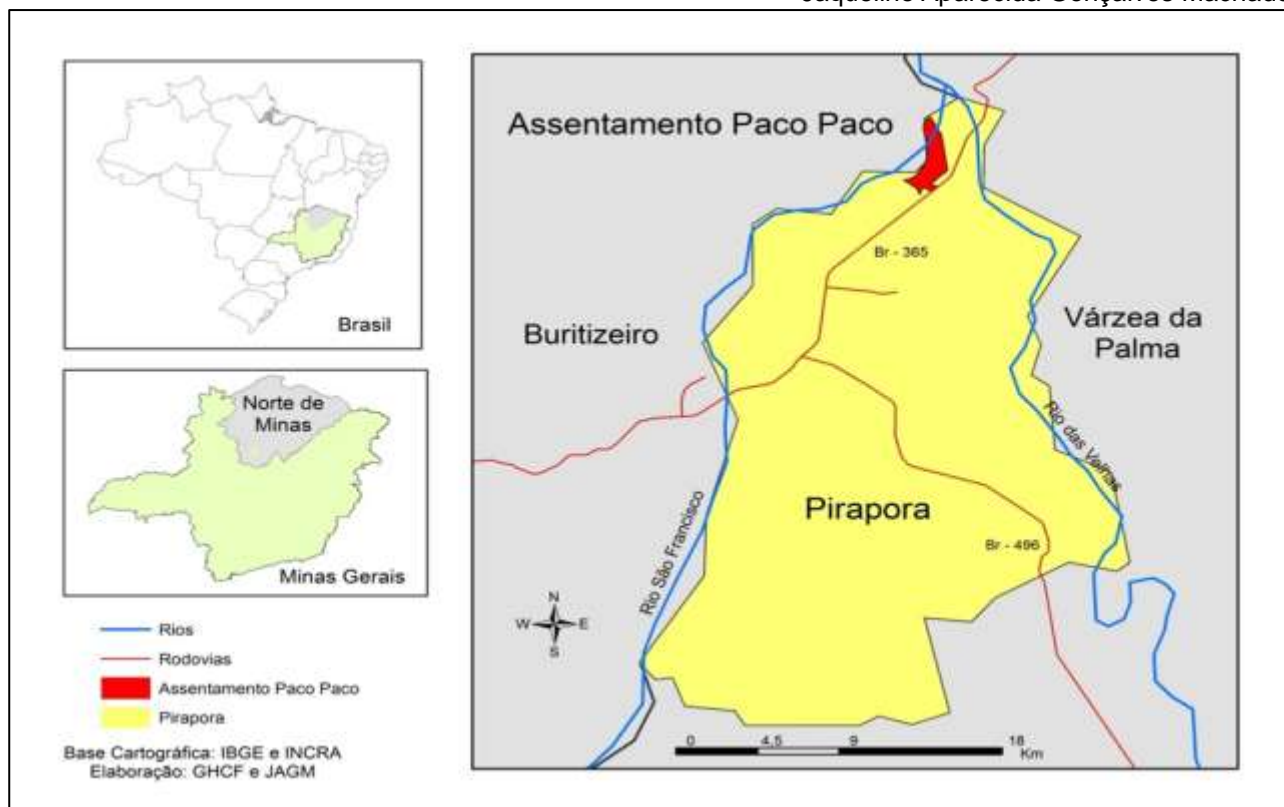
tornando os movimentos ilegais (SPAVOREK, 2003).

Em 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, foram reforçadas medidas para a concretização da reforma agrária e/ou regularização fundiária. Foram realizadas algumas medidas em favor dos camponeses, mas ainda insuficientes para atender todas as demandas. Diante disso, fica explícito que os governantes tratam a reforma agrária como secundária frente o avanço do agronegócio em terras públicas, com recursos públicos e, por vezes, infringindo as legislações. Por isso, a luta e os conflitos seguem no campo conforme os aportes de Ferreira e Venturelli (2015) ao analisarem os conflitos no campo a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra inerentes ao período de 1985 a 2014.

Constata-se assim, que o número de camponeses que lutam por um pedaço de terra é significativo, mesmo com inúmeros conflitos e barbáries; seguem firme da construção da reforma agrária (PALADIM JR; MITIDIEIRO JR, 2003). Tomando esse cenário como escopo, apresenta-se a seguir a área de estudo e alguns elementos históricos da sua constituição.

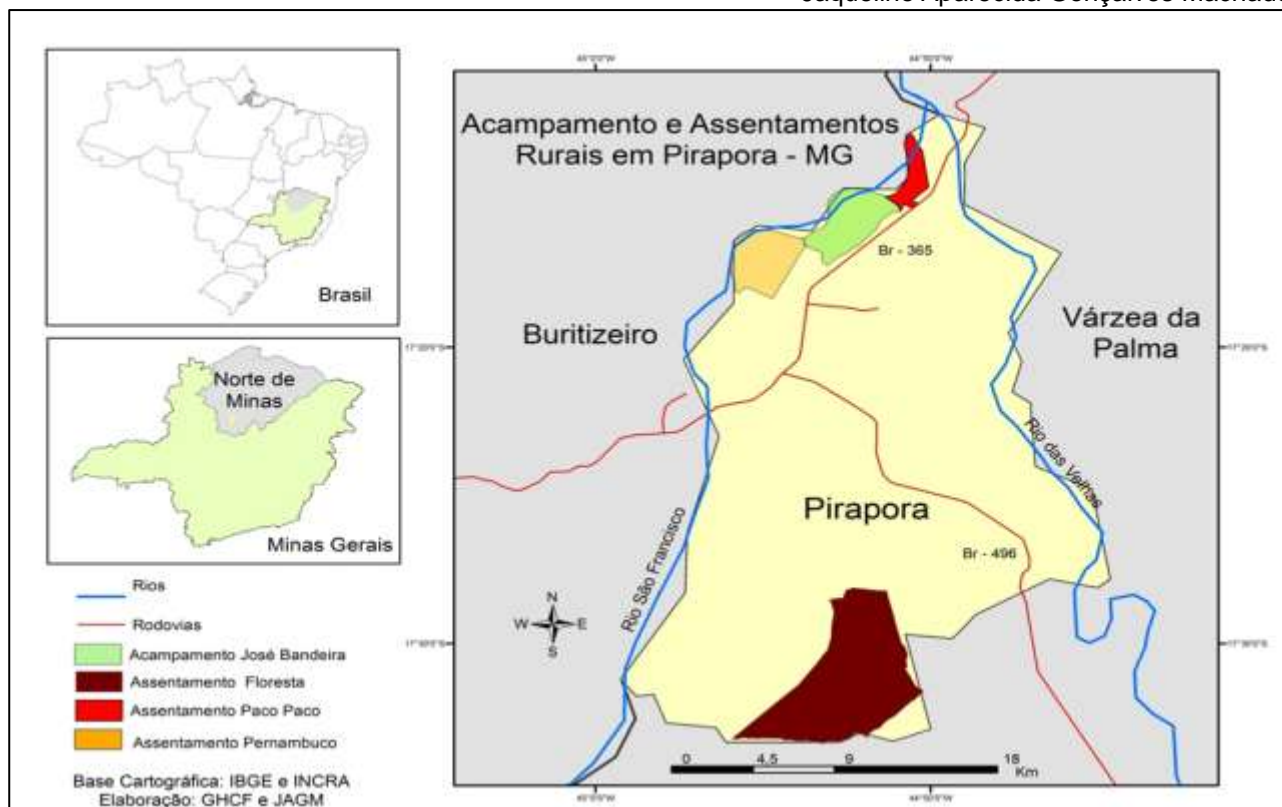
## **LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**

A área da pesquisa encontra-se regionalmente inserida na Bacia do São Francisco, no segmento Alto – Médio São Francisco. O assentamento Paco-Paco localiza-se na cidade de Pirapora-MG, aproximadamente distante 13 km da sede do município pela BR-365, no km 147 com área total de 447,94 ha. Ressalta-se que toda parte Oeste do município é banhada pelo Rio São Francisco, fator decisivo para a produtividade do desenvolvimento das atividades agrícolas, pois as águas são utilizadas para irrigação dos cultivos agrícolas, dessedentação de animais e consumo humano conforme pode-se verificar no mapa a seguir.



**Mapa 1:** Assentamento Paco-Paco em Pirapora- MG. **Org.** Os autores.

O município de Pirapora-MG possui atualmente três assentamentos e um acampamento (Mapa 2); dois desses assentamentos e o acampamento estão às margens do rio São Francisco, fator decisivo para a produção de alimentos, criação de animais e consumo humano. Nota-se também a acessibilidade através da BR-365.



**Mapa 2:** Acampamento e Assentamento em Pirapora – MG. **Org.** Os autores.

A partir da identificação da área do Assentamento Paco-Paco, bem como das demais áreas de reforma agrária e constante luta pela terra, salienta-se que além da representação do sertão, sobretudo, com as águas do Velho Chico, temos uma ocupação e transformação no grande sertão dos Gerais como apregoa De Paula (2014); ou seja, há o aproveitamento das terras de beira do rio e das águas de beira. Todavia, o campesinato segue em luta contra o agronegócio que cada vez mais se apropria desse saber para implantar grandes projetos de colonização e irrigação. No norte de Minas Gerais destacam-se três desses projetos cujos subsídios através de incentivos fiscais alavancaram os Projetos Jaíba, Pirapora e Jequitáia<sup>2</sup>.

## ASPECTOS HISTÓRICOS DO ASSENTAMENTO PACO-PACO

A proposta de acampamento se iniciou em função da iniciativa de alguns

<sup>2</sup> Somente o Projeto Jaíba localizado no município homônimo nas margens do Rio São Francisco foi projetado para irrigar uma área de 100 mil hectares, sendo o maior projeto de irrigação da América Latina, cujas atividades iniciaram em 1988 (DE PAULA, 2014). Ao consultar a página oficial do projeto essa informação é confirmada e, por vezes, utilizada como *slogan* do projeto. Disponível em: <<http://www.projetojaiba.com.br>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

integrantes da Associação dos Trabalhadores Sem-Terra de Pirapora em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro. Segundo o senhor Raimundo Malaquias, integrante da ocupação: “[...] a ideia de ocupação nasceu no dia 12 de fevereiro de 1998 às 23 horas e 40 minutos e contava com 71 famílias, tinha como principal objetivo alavancar o progresso no campo [...]”. No dia 13 de fevereiro de 1998, com a liderança do Senhor Renato Silva Ferreira, as famílias ocuparam o interior da fazenda Paco-Paco permanecendo ali por 3 meses, quando o proprietário Paulo Sérgio Xavier da Costa recebeu o parecer para reintegração de posse<sup>3</sup>.

Sobre esse processo inicial de luta pela terra, Almeida (2016, p. 39-40), indica que:

Durante a ocupação inicial, a fazenda estava *sub judice* pelo Banco do Brasil e após 3 meses da ocupação o depositário fiel conseguiu a retirada das famílias na justiça. As famílias despejadas ficaram sete meses acampadas à beira da rodovia, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores de Buritizeiro e da FETAEMG de Montes Claros, que deram suporte e começaram a negociação com o INCRA. No início de 1999, com autorização da justiça, 62 famílias ocuparam novamente as terras e, no segundo trimestre de 1999, foram cadastradas 42 famílias pelo INCRA, o que rege até os dias atuais.

Após o mandado expedido pela Justiça, o grupo foi retirado da fazenda, porém permaneceram às margens da fazenda, vivendo em barracas de lonas por aproximadamente nove meses. Tal quadro mudou quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) realizou a primeira vistoria, dando um parecer final, que a fazenda se tratava de uma propriedade improdutiva<sup>4</sup>.

Com o passar dos meses o grupo diminuiu de setenta e uma famílias para sessenta e duas famílias, essas então ocuparam a fazenda, fizeram uma divisão simbólica das terras e começaram a fazer pequenos plantios de sequeiro. Nesse período, outras 20 famílias abandonaram o grupo restando 42 famílias; pouco depois, o INCRA encaminhou um agrimensor para realizar a divisão exata das terras e, posteriormente realizar um processo de análise da situação de cada família para fazer uma seleção das quais se enquadrariam no requisito para obterem a posse das terras, pois, a intenção era dividir a fazenda em apenas vinte lotes deixando assim 22 famílias de fora da almejada reforma agrária; porém, o idealizador do grupo sugeriu que todos que permaneceram durante toda a ocupação participassem da divisão e como as terras seriam destinadas à

<sup>3</sup> Entrevista realizada em Junho de 2016.

<sup>4</sup> Informações oriundas de entrevistas realizadas em abril e maio de 2016.



fruticultura, os lotes poderiam ser menores com uma média de oito hectares para cada família. A sugestão do líder do movimento foi aceita e, assim, a fazenda foi dividida em 42 lotes.

Após a legitimação do assentamento no ano de 2000, foi realizado um sorteio para a distribuição dos lotes no dia 1 de fevereiro do mesmo ano. Já no dia 29 de outubro foi fundada uma associação comunitária que recebeu o nome de “Associação do Projeto Assentamento Paco- Paco” e todos os assentados assinaram o contrato de assentamento, passando a receber apoio financeiro, fomento à alimentação, crédito e habitação. Assim, o processo de assentamento durou em média dois anos e após a obtenção do Contrato de Concessão de Uso (CCU) o campesinato começou a utilizar a terra com os devidos respaldos legais advindos da reforma agrária.

A partir desse cenário, os assentados passaram a receber apoio da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) para capacitação do plantio das culturas de tomate, pimentão, abóbora, melancia e quiabo; e a Prefeitura Municipal de Pirapora solicitou os serviços do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e da companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) que realizou a instalação da rede elétrica.

É importante salientar que em cada lote do PA Paco-Paco foi construída uma casa própria, modelo padrão com seis cômodos e instalação elétrica, que foi adquirida com recursos do próprio INCRA, por meio de doação feita aos moradores no ano de 2000 (Figura 3).



**Figura 3:** Residência do Assentamento Paco- Paco. **Fonte:** JAGM, 2016.

O assentamento possui uma Escola do Programa de Tempo Integral (Figura 4) mantido pela Prefeitura Municipal de Pirapora; em um turno as crianças se locomovem em um ônibus municipal para a cidade, leia-se, escola urbana para realizar seus estudos, e no turno contrário estão na escola do assentamento para realizarem diversas atividades complementares<sup>5</sup>.



**Figura 4:** Escola Programa Tempo Integral PA Paco-Paco. **Fonte:** JAGM, jan.2017.

O Assentamento não possui posto de Saúde, mas, uma vez ao mês, um dentista, um médico e um oftalmologista vão até o mesmo para atender os moradores. Atendimento esse que é realizado na Escola. Para qualquer outro tipo de necessidade as pessoas precisam se deslocar até a cidade de Pirapora ou em Guaicuí (Distrito de Várzea da Palma) que está distante aproximadamente três quilômetros do Assentamento.

## **O USO DA TERRA PELOS CAMPONESES NO PACO-PACO**

Após a obtenção do Contrato de Concessão de Uso (CCU) os camponeses começaram a utilizar a terra e comercializar os seus produtos inicialmente apenas na feira Municipal de Pirapora; produziam exclusivamente culturas de ciclo rápido, tais como: abóbora, maxixe, tomate, pimentão, abóbora, melancia, quiabo e as culturas de sequeiro.

---

<sup>5</sup> No início de 2017 a escola foi desativada em função da reestruturação advinda com a eleição municipal.

Após o processo de legalização do assentamento, os assentados contaram com o apoio financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), destinado à geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos no assentamento. Até hoje os assentados contam com financiamentos destinados às plantações e compras de equipamentos que os auxiliam, sobretudo, nas produções irrigadas e transporte das mesmas.

Segundo o assentado Sr. Delmar Machado de Abreu<sup>6</sup> “[...] No início do assentamento, nem todas as famílias tinham acesso à irrigação e os que tinham eram de captação de água por meio de motores à diesel então, culturas de ciclo rápido e sequeiro eram as únicas alternativas aos assentados; com o passar dos anos os motores à diesel foram sendo substituídos por motores elétricos, facilitando o cultivo de culturas perenes, fazendo com que os produtores adquiram uma estabilidade financeira. Mas, também as culturas de ciclo rápido ainda são muito cultivadas pelos assentados.”

Em relação ao assentamento, deve-se salientar que o mesmo encontra-se nas proximidades do Projeto Piloto de Irrigação de Pirapora<sup>7</sup>. De acordo com o assentamento, a comercialização de alguns produtos é baseada na produção do Projeto Piloto de Irrigação, como a produção de banana, laranja, uva, maracujá e mamão, ou seja, muitos assentados do Paco-Paco tem o Projeto Piloto de Irrigação como modelo de produção, sendo que algumas das técnicas utilizadas são reutilizadas no PA com vistas a uma maior qualidade na produção, como é o caso da plantação de mamão que é feita em grande escala no projeto e também no PA Paco-Paco.

Desde a legalização da terra até os dias atuais, a variedade de produtos fornecidos pelo assentamento se expandiu e atualmente os camponeses disponibilizam no mercado uma grande variedade de frutas, legumes e verduras, sendo que a principal finalidade dessas produções é a comercialização, cujas vendas ocorrem na feira municipal, no Centro de Abastecimento (CEASA) em Belo Horizonte, Uberlândia, Rio de Janeiro e São Paulo, e são fornecidos também em programas tais como: Programa Nacional de

<sup>6</sup> Entrevista realizada em Junho de 2016.

<sup>7</sup> No referido projeto, há predominância das explorações de fruticultura, com destaque para banana, uva e laranja. A área cultivada com essas culturas, em 2016, foi de 66%, 14% e 15%, respectivamente. As culturas permanentes ocuparam toda a área do projeto e os lotes são exclusivamente empresariais. Estima-se a geração de 925 empregos diretos e 1.380 empregos indiretos, com uma produção de 22.246 toneladas de alimentos em 2016 numa área irrigável de 1.236 hectares, sendo investido até o ano de 2016 o montante de R\$ 12.591.885,53. Ressalta-se que o funcionamento desse projeto iniciou-se em 1979 e a cogestão em 1987. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/pirapora>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

Alimentação Escolar - PNAE<sup>8</sup> (Programa do governo Federal que visa o fornecimento de alimentos às escolas estaduais), Programa de Aquisição de Alimentos - PAA<sup>9</sup> (estes são fornecidos para 3 escolas estaduais do município e para o Hospital Municipal), Cesta Cheia<sup>10</sup> (Programa Municipal que doa os alimentos comprados dos assentados para famílias carentes previamente cadastradas no referido Programa), para a Prefeitura Municipal de Pirapora por meio de licitações e para o comércio local pois, atualmente três grandes comércios mantém contrato com os assentados para a entrega semanal de produtos.

No decorrer da pesquisa de campo, pode-se verificar que cada lote produz entre 1 e 8 variedades de alimentos, evidenciando a territorialização camponesa. Na figura a seguir é possível verificar a entrega da produção para o programa Cesta Cheia, em 12 junho de 2016.

---

<sup>8</sup> Vinculado à Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, cuja criação data de 1955 e contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros. Trata-se de um dos maiores e mais antigo programa de alimentação escolar do mundo, em tese com uma cobertura universal e gratuita na oferta de refeições Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

<sup>9</sup> Vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, cuja criação data de 2003 com a finalidade de enfrentar a fome e a pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

<sup>10</sup> Lei Municipal 2.090/2011, que objetiva melhorar a qualidade alimentar e nutricional da população em situação de vulnerabilidade social, incentivando à produção da agricultura familiar no município, através da doação, as unidades familiares beneficiadas, de uma cesta de alimentos *in natura*, semanalmente, no valor aproximado de dez reais. Disponível em: <<http://www.camaradepirapora.mg.gov.br/public/storage/legislacao-arquivo/559dd0fba7e93.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

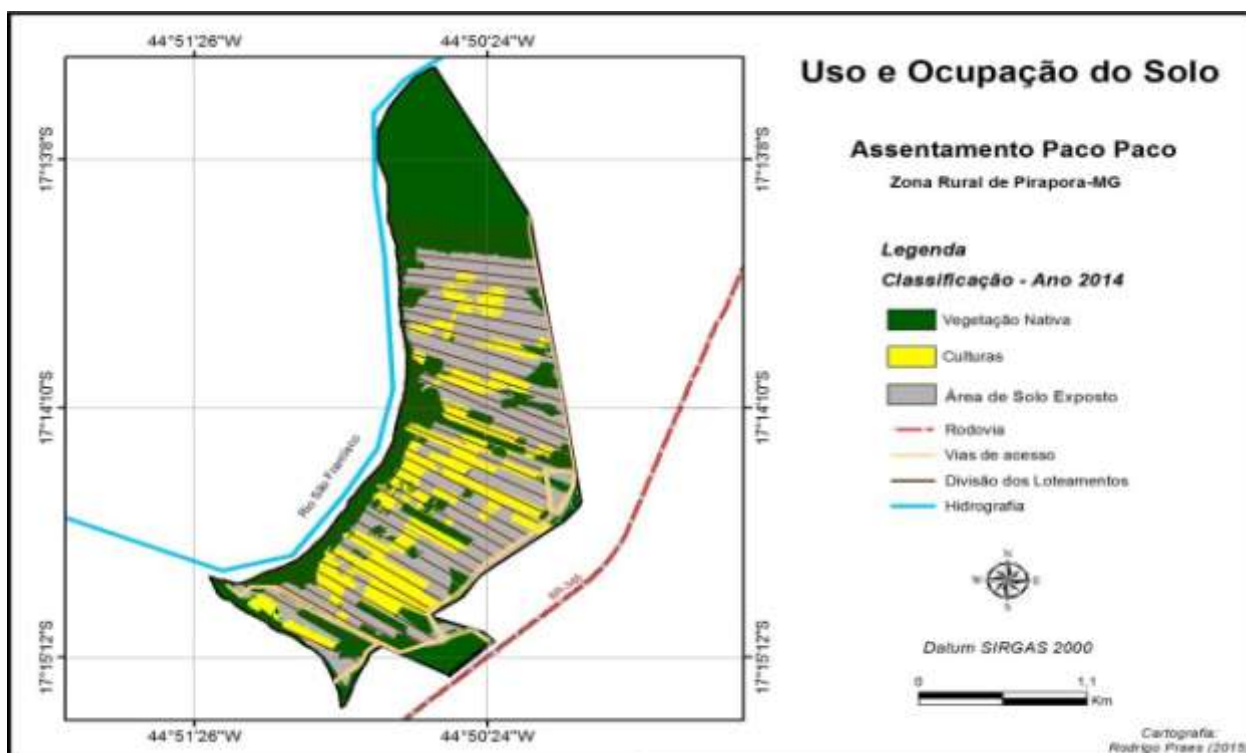


**Figura 6:** Entrega mensal da produção do P.A Paco-Paco. **Fonte:** GHCF. (jun./2016).

Em relação ao uso do solo, Almeida (2016) identifica que no PA Paco-Paco possui uma área total de 445,48 hectares, e os solos podem ser classificados como Latossolo Vermelho eutrófico e Neossolo Flúvico distrófico. Constatou-se ainda, um aumento no desmatamento e solo exposto, justamente pelo aumento da produção. Assim, indica que:

O Assentamento Paco Paco, localizado no município de Pirapora, foi aquele que apresentou maior eficiência no uso da terra, apresentando aumento das áreas com culturas, e baixo incremento de áreas com solo exposto. O uso da terra com culturas agrícolas e, conduzido com aplicação de fertilizantes e manejo adequado do solo, contribuiu para melhoria da qualidade química do solo nos Assentamentos Paco Paco e Poço da Vovó (ALMEIDA, 2016, p. 74).

Essas análises podem ser visualizadas no mapa a seguir, cuja divisão dos lotes também é apresentada indiretamente no mesmo.



**Mapa 3:** Uso e Ocupação do solo Assentamento Paco-Paco. **Fonte:** ALMEIDA, 2016, p.

57.

A partir dessas análises gerais, sobretudo, advindas das entrevistas abertas com os assentados, tornou-se possível adentrar no debate inerente à realidade socioeconômica das famílias, tempo de residência, participação dos mesmos na luta pela conquista da terra, fonte de renda, subsídios e grau de satisfação em relação ao Assentamento e consequentemente da reforma agrária.

Constatou-se que atualmente 35 lotes têm as suas produções ativas e a principal finalidade destas produções é a comercialização, enquanto os outros 7 lotes, comprovou-se que 3 sobrevivem da pesca e os demais 4 da renda oriunda das atividades laborais na cidade, tendo o assentamento apenas como moradia e determinada produção “para o gasto”. De todos os assentados entrevistados, constatou-se que os mesmos afirmam que apesar das dificuldades se dizem “satisfeitos” com a posse da terra, assegurados com a reforma agrária.

Em relação ao trabalho com a terra, pode-se destacar uma grande satisfação dos camponeses com a colheita de banana (figura 5), pois é a cultura perene mais adotada pelos assentados nos últimos três anos, pela facilidade de comercialização e retorno

financeiro satisfatório; muitos assentados têm trocado as produções de ciclo rápido por essa nova cultura, muitas vezes consorciado ainda com os parreirais de uva (figura 6).



**Figura 5:** Camponeses colhendo banana no P.A Paco-Paco. **Fonte:** JAGM, jan.2017.



**Figura 6:** Bananal e parreirais no P.A Paco-Paco. **Fonte:** GHCF. (jun./2016).

Apesar do aumento de cultivo de plantas perenes, muitas plantas de ciclo rápido não foram deixadas de lado, como exemplo, a produção de melancia (figura 7); apesar de não ser cultivada durante todo o ano a melancia é cultivada em determinadas épocas e toneladas do alimento são produzidas no assentamento, além de ser um produto de uma única colheita os assentados mantêm suas plantações fixas e cultivam a melancia em épocas propícias para o plantio.



**Figura 7:** Colheita de melancia no PA Paco- Paco. **Fonte:** RGM (2012).

A produção do feijão e abóbora também é uma opção significativa para o autoconsumo e venda do excedente nas feiras conforme verificou-se na produção em um dos lotes das margens do rio São Francisco.



**Figura 8:** Feijão e abóbora nas margens do rio São Francisco, PA Paco-Paco. **Fonte:** GHCF. (jun./2016).

Durante a pesquisa também foi realizado um levantamento das produções e



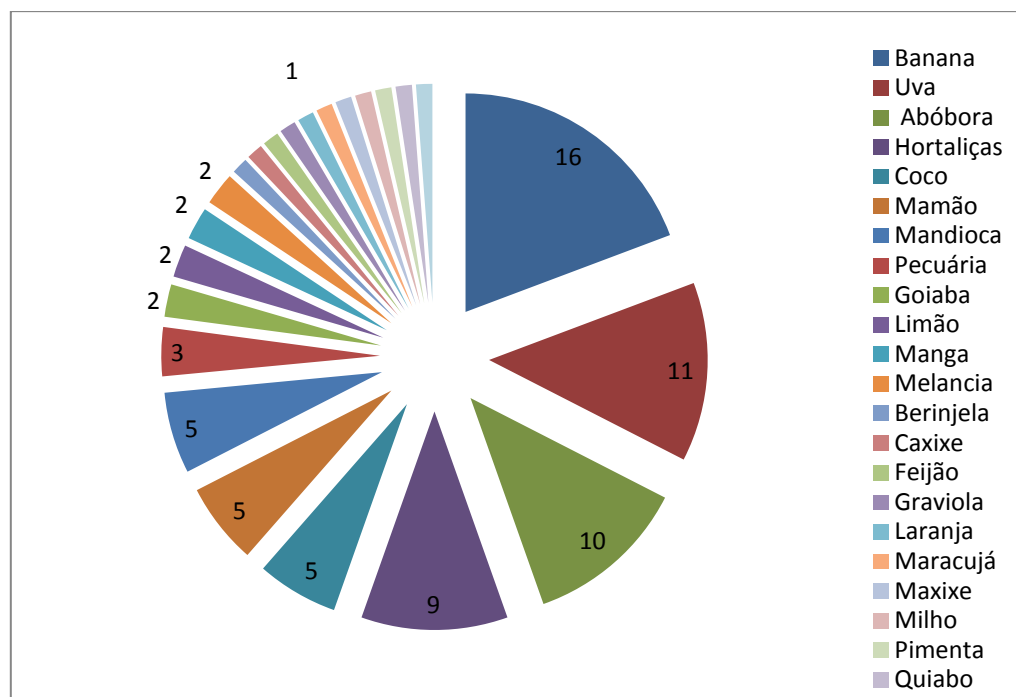
sistematizado na tabela a seguir, que permite verificar a quantidade de lotes/assentados e os respectivos alimentos produzidos.

Culturas produzidas	Quantos lotes produzem?
Banana	16
Uva	11
Abóbora	10
Hortaliças	9
Coco	5
Mamão	5
Mandioca	5
Pecuária	3
Goiaba	2
Limão	2
Manga	2
Melancia	2
Berinjela	1
Caxixe	1
Feijão	1
Graviola	1
Laranja	1
Maracujá	1
Maxixe	1
Milho	1
Pimenta	1
Quiabo	1
Tomate	1

**Tabela 01:** Tabela de culturas produzidas no Assentamento Paco-Paco. **Org.** Os autores.

São 23 os gêneros alimentícios produzidos no Paco-Paco e fornecidos para o mercado local, regional e nacional. Além desses gêneros, nota-se a existência de outros, ligados ao autoconsumo das famílias, ou seja, aqueles denominados “*para o gasto*”, com destaque para o gado leiteiro, porcos, galinhas, hortaliças e outras frutíferas e eventualmente os peixes. A partir desses dados coletados em campo, o gráfico a seguir

também auxilia na distribuição dos mesmos, permitindo inferir que a banana, uva, abóboras e hortaliças predominam no assentamento. Todavia, são consorciadas com outras culturas, o que assegura a diversidade, a renda e a segurança alimentar dos assentamentos.



**Gráfico 1:** Produção do Assentamento Paco-Paco. **Org.** Os autores.

Esses dados comprovam que a diversidade da policultura é possível mediante a labuta dos assentados na constante melhoria dos lotes e no manejo do solo. Diante disso, constata-se também que o assentamento possui em 2016, um total de 61 famílias em 42 lotes, ou seja, alguns lotes chegam a ter até 4 famílias fixas; isso acontece porque alguns filhos dos assentados que foram para a cidade em busca de emprego acabam por retornar com as famílias constituídas devido à disponibilidade da terra para o plantio, a facilidade de comercialização dos produtos, e, sobretudo, a proximidade com os familiares. Salienta-se ainda, que a partir das entrevistas realizadas pode-se comprovar que todos os assentados são oriundos do município de Pirapora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações e estratégias dos camponeses do Paco-Paco estão gerando diversos

benefícios para o município de Pirapora e região, tais como: geração de emprego e renda e valorização da agricultura local, ancorado, sobretudo, no trabalho familiar. Portanto, essas ações, favorecem a economia regional e evitam o êxodo rural ao dar condições para permanência no campo. Assim, os objetivos traçados para a referida pesquisa versam da luta à territorialização do assentamento, cuja, centralidade segue respaldada pelo trabalho familiar.

Com o apoio da EMATER, INCRA, comércio municipal e políticas públicas, o assentamento cresceu e se desenvolveu ao longo dos anos com grande participação nos indicadores econômicos do município de Pirapora-MG através da territorialização da agricultura camponesa.

Com base nos dados analisados é possível afirmar que os auxílios do Estado são essenciais para o desenvolvimento do assentamento, e apesar das dificuldades enfrentadas pelos camponeses, todos os entrevistados estão satisfeitos com os benefícios que a reforma agrária proporciona, principalmente no que se refere ao acesso a terra e a habitação. Assim, os camponeses do Paco-Paco demonstram a relevância da luta pela terra materializada na reforma agrária que vai além da economia, ao evidenciarem as demais conquistas que asseguram a autonomia e, sobretudo, a liberdade na terra de trabalho e vida. Reafirmam, portanto, a permanência e recriação do campesinato enquanto classe social de dentro do capitalismo e não como resíduo que tendem ao desaparecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Rodrigo Praes. **Uso e ocupação do solo em áreas de assentamentos rurais no norte de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal). Montes Claros: UFMG, 2016.

BOMBARDI, Larissa Mies. Papel da Geografia Agrária no Debate Teórico sobre os Conceitos de Campesinato e Agricultura Familiar. **Geosp**, São Paulo, v. 14, p. 107-117, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Bairro Reforma Agrária** e o processo de territorialização camponesa. São Paulo: Annablume, 2004.

CUNHA, Daniela Bernardes Rodrigues da. Complexidade de assentamentos e projetos de assentamentos: relato de experiências e observações Projeto Jaíba – norte de Minas Gerais. In: **Anais do XXI ENGA**. Uberlândia: IFU, 2012.

DE PAULA, Andrea N. R. Representações do Sertão das Águas: o Velho Chico e suas gentes de rio e beira-rio. In: DE PAULA, Andrea N. R.; FERREIRA, Maria da L. A. (Orgs.). **Entre o rural e o urbano: perspectivas das Ciências Sociais**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2014.

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini. **No chão e na Educação: o MST e suas reformas**: Jundiá-SP: Paco Editorial, 2011.

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini; VENTURELLI, Ricardo M. A Comissão Pastoral da Terra e os 30 anos de documentação sobre o campo brasileiro (1985-2014). **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 5, n. 2, 2015.

GONÇALVES, S. P. P. S et al. Assentamento Paco- Paco: luta pela terra. In: **Anais do Colóquio Cidade e Região: Dinâmicas dos espaços urbanos e rurais**. Montes Claros: Unimontes, 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário, 2006**. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2016.

MARQUES, Marta. I. M: A atualidade do uso conceito de camponês. **Revista Nera**, ano 11, n. 12 – janeiro/junho de 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

OLIVEIRA. Ariovaldo U. de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Geografia das lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária, grilagem das terras públicas e a luta pela terra e território no Brasil. In.: **Anais do EGAL**, Havana - Cuba, 2015.

PALADIM JÚNIOR, H. A: METIERO JÚNIOR, M. A. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Escolas Associadas, 2003.

SPAVOREK, Gerd. **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. Ed. Páginas e Letras. São Paulo, 2003.

STÉDILE, João Pedro A luta pela reforma agrária no Brasil. **Revista ABRA**, vol. 30. Jan./Dez 2000.

TOMAZ, V. R. **A Constituição de Assentamentos Rurais e do Conceito de Lugar: um Estudo de Caso no Assentamento Paco- Paco Pirapora/ MG**. Monografia/Geografia. Unimontes: 2010.

---

**Gustavo Henrique Cepolini Ferreira** - Geógrafo pela PUC-Campinas, Mestre e Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Laboratório de Geografia Agrária - FFLCH-DG/USP. Professor do Departamento de Geociências - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

**Jaqueline Aparecida Gonçalves Machado** - Graduanda em Geografia - UNIMONTES, Campus-Pirapora-MG. Integra o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Unimontes - BIC-CAMPI

---

Recebido para publicação em 30 de abril de 2017.

Aceito para publicação em 27 de junho de 2017.

Publicado em 01 de julho de 2017.

<https://doi.org/10.20873/uft.2317-9430.2017v6n10p18>